

TEMA EM DESTAQUE

PARALELOS

JORGE C. JESUINO¹**RESUMO**

Propõe-se uma leitura cruzada de dois autores franceses – Serge Moscovici e Pierre Bourdieu – que muito contribuíram para introduzir novos conceitos e novas teorias nas ciências sociais, numa tentativa de identificar possíveis complementaridades que eles próprios, ou mesmo os seus mais diretos continuadores, raramente examinaram. É dado particular relevo aos temas introduzidos pela filosofia e pela sociologia da ciência, sobre os quais ambos tomaram posição em termos potencialmente mais convergentes do que divergentes. A sua integração será tanto mais requerida quanto a aceleração da produção científica e tecnológica dos tempos atuais veio colocar novos desafios à reflexividade social.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS • HABITUS • CAMPO • CIÊNCIA

PARALLELS

ABSTRACT

This article proposes a cross-reading of two French authors, Serge Moscovici and Pierre Bourdieu. They have contributed greatly to introducing new concepts and new theories into the social sciences, in an attempt to identify possible complementarities that they, or even their most direct followers, have rarely examined. Particular emphasis is given to the themes introduced by the philosophy and sociology of science, on which both took positions potentially more convergent than divergent. Its integration will be all the more necessary as the acceleration of current scientific and technological output presents new challenges to social reflexivity.

SOCIAL REPRESENTATIONS • HABITUS • FIELD • SCIENCE

¹
Universidade Técnica de
Lisboa, Lisboa, Portugal;
jorge.correia.jesuino
@gmail.com

PARALLÈLES

RÉSUMÉ

Cet article propose une lecture croisée de deux auteurs français –Serge Moscovici et Pierre Bourdieu– qui contribuèrent largement à introduire de nouveaux concepts et de nouvelles théories en sciences sociales. On tâchera d'identifier de possibles complémentarités qu'eux-mêmes, voire leurs plus proches disciples, ont rarement examinées. On soulignera particulièrement les thèmes issus de la philosophie et de la sociologie de la science, sur lesquels les deux auteurs ont pris position en termes potentiellement plus convergents que divergents. Leur intégration est d'autant plus nécessaire que l'accélération de la production scientifique et technologique des temps actuels pose de nouveaux défis à la réflexivité sociale.

REPRESENTATIONS SOCIALES • HABITUS • CHAMP • SCIENCE

PARALELOS

RESUMEN

Se propone una lectura cruzada de dos autores franceses –Serge Moscovici y Pierre Bourdieu– que mucho contribuyeron a introducir nuevos conceptos y nuevas teorías en las ciencias sociales, en un intento de identificar posibles complementariedades que ellos mismos, o incluso sus más directos continuadores, raramente examinaron. Se hace especial hincapié en los temas introducidos por la filosofía y la sociología de la ciencia, sobre los cuales ambos tomaron posición en términos potencialmente más convergentes que divergentes. Su integración será tanto más necesaria cuanto que la aceleración de la producción científica y tecnológica de los tiempos actuales ha venido a plantear nuevos desafíos a la reflexividad social.

REPRESENTACIONES SOCIALES • HABITUS • CAMPO • CIENCIA

NO CURSO SOBRE RETÓRICA QUE NIETZSCHE MINISTROU EM BERNE, SUGERE O AUTOR, na altura ainda muito jovem, que qualquer palavra na sua origem é um tropo pelo que duas palavras juntas, por distantes que pareçam, seriam potenciais metáforas. Isso não quer dizer que de tal resulte sempre uma boa metáfora e muito menos que o seu sentido seja de imediato apreendido.

Da mesma forma quaisquer dois autores podem ser aproximados, comparados, contrastados. As diferenças são sempre esclarecedoras ou sugerem mediações mais interessantes do que os próprios termos, neste caso personagens, postos em relação.

Aproximar Serge Moscovici – SM – de Pierre Bourdieu – PB – não causará particular estranheza. Os dois praticamente contemporâneos – SM nasceu em 1925 e PB, em 1930 –, vivendo e trabalhando na mesma cidade de Paris, ambos cientistas sociais, eventualmente partilhando as mesmas preocupações ou os mesmos interesses, lendo muitos dos mesmos textos, tanto clássicos como contemporâneos, possivelmente votando nos mesmos partidos e, todavia, nunca se citando quer direta quer indiretamente, ou, se por vezes o fazem, é em termos tão subtis no caso de SM, ou neutros, no caso de PB, que nos leva a interrogar, citando PB, que tal se deveria mais por razões sociológicas do que lógicas (BOURDIEU, 1980).¹

Poderíamos imaginar que SM diria, por seu turno, o mesmo mais por razões psicológicas do que lógicas. O interesse em procedermos a um confronto entre esses dois autores deve-se mais à disciplina a que

¹ Por exemplo, ao comentar a *Filosofia do dinheiro*, de Simmel, na obra *La machine à faire des dieux*, SM lamenta, sem citar o autor, que um livro de tanto sucesso sobre os fatores de distinção examinando uma enorme variedade de objetos quotidianos neles não tenha incluído o dinheiro. Poderá parecer deslocado dada a importância estrutural do capital económico, mas percebe-se que SM queira referir-se à forma psicológica, atitudinal, como o dinheiro é representado ou como funciona enquanto meio simbólico. PB, tanto quanto foi possível apurar, nunca refere SM, apenas e muito raramente estudos de psicologia social.

ambos se acham ligados do que à estatura intelectual de cada um deles que, por si só, desafia qualquer comparação. É sempre tentador procurar filiações que, regra geral, muito irritam os que por direito próprio adquiriram uma identidade cujo nome vem a transformar-se em adjetivo para designar leis, teorias, tendências, estilos ou mesmo épocas.

Acresce que tanto SM com PB procuraram afirmar a autonomia e a distintividade das suas respetivas disciplinas, mas neste aspeto partindo de posições assimétricas/desiguais. A psicologia social de que SM irá fazer-se paladino tem dificuldade em legitimar o seu nicho no campo das ciências sociais e humanas. Encontra barreiras à saída tanto do lado da psicologia geral, de cuja matriz emerge, como da sociologia, embora, como procuraremos mostrar, por razões diferentes.

Para a psicologia enquanto disciplina bem firmada, a psicologia social não seria mais do que uma aplicação dos processos gerais, tais como a perceção ou a memória a objetos sociais, sejam pessoas ou grupos. Por seu turno, para a sociologia a psicologia social não seria mais do que uma redução de escala, uma microssociologia sem estatuto epistemológico diferenciado.²

A psicologia social enquanto interdisciplina nunca terá assim a vida fácil e muito menos facilitada, situação que a teoria de campo proposta por PB ajuda a melhor entender. Mas se a psicologia social tem dificuldade em autonomizar-se, a sociologia, por seu turno, está longe de usufruir da normalidade, no sentido de Thomas Kuhn (1962), característica das ciências naturais. Enquanto ciência social, ela não será menos pré-paradigmática ou mais paradigmática do que as múltiplas disciplinas e subdisciplinas em que o campo se reparte ou mesmo fragmenta. E também sob esse aspecto, PB, na sua insistência numa sociologia da sociologia (BOURDIEU, 2001), ou seja, numa procura sistemática de vigilância epistemológica sobre as suas próprias práticas e suas possíveis limitações e/ou constrangimentos, igualmente lutou para conferir à disciplina uma legitimidade científica acima de toda suspeita.

Idêntico esforço podemos encontrar em SM ao reivindicar uma especificidade epistemológica para a psicologia social, distinta da que, entretanto, fora adquirindo reconhecimento sobretudo nas universidades norte-americanas e que mais não era do que uma limitação do seu objeto aos processos da cognição social (MOSCOVICI, 1972b). SM teve ainda um papel fundamental no que poderíamos designar por política da ciência, ao desenvolver esforços durante o período de uma década (1964 a 1974) para tentar obter o reconhecimento da novel disciplina no contexto internacional, processo descrito na obra que escreveu em colaboração com Markova (MOSCOVICI; MARKOVA, 2006).

Trata-se duma obra preciosa, um depoimento circunstanciado de leitura obrigatória, que contribui para melhor entender, mas também para confirmar o que Bourdieu (1975) identificou como relações

2

Bernard Lahire (2004), um sociólogo francês “dissidente” de PB, viria inclusivamente a propor uma sociologia do indivíduo.

de poder especificamente no campo científico. A importância das instituições, designadamente Fundações, a influência do poder político tanto no plano nacional como internacional, bem como as estratégias dos múltiplos atores envolvidos, constituem um “estudo de caso” da maior relevância para uma sociologia da ciência.

O esforço desenvolvido por SM, bem como por todos os colegas que com ele colaboraram, só teria sido parcialmente conseguido. Se hoje a psicologia social se acha reconhecida tanto nos Estados Unidos como na Europa através das suas respectivas Associações que em grande medida federam as suas atividades e legitimam os seus resultados, não foi, todavia, possível alcançar o objetivo final de constituição de uma Associação Internacional, a exemplo do que se verifica tanto em psicologia como em sociologia. Mas, também aqui, as razões serão menos de ordem epistemológica do que de ordem política e social.

TRIANGULAÇÕES

SM, na sua reivindicação duma psicologia social dotada de um objeto específico, de algum modo mediador entre a psicologia e a sociologia, introduziu uma metáfora triangular: sujeito-alter-objeto, recuperando em parte uma proposta já enunciada em Mead (1934/1974), mas da qual virá a distinguir-se (MOSCOVICI, 1984, 2005). Trata-se de associar o processo comunicacional, ou melhor, dialógico (MARKOVA, 2003), nos processos cognitivos, levando a sério o estatuto do humano enquanto intrinsecamente social e recusando a possibilidade de colocar entre parêntesis qualquer possível mediação entre sujeito e objeto. Por outras palavras, a intersubjetividade não antecede a subjetividade, como a socialização não se segue, mas antecede a individuação.

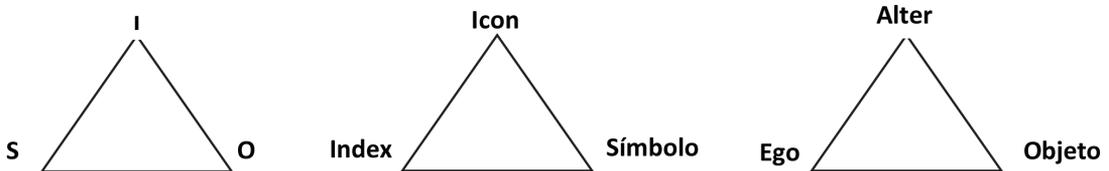
Para um esclarecimento circunstanciado desse “*novo olhar*” que SM atribui à psicologia social, veja-se a contribuição incontornável de Markova (2003). A ela em grande parte igualmente se deve a aproximação ao dialogismo de Bakhtin (1981), sem o qual a psicologia social de Serge Moscovici, sobretudo na sua vertente da teoria das representações sociais (TRS a partir de agora), não viria a adquirir o momento que atualmente o anima.

O triângulo epistémico de SM, como ele próprio admite no texto seminal de 1984, que introduz o *Manual de psicologia social* – espécie de suma da disciplina na sua vocação europeia –, é aproximado pelo próprio autor ao triângulo semiótico de Peirce (1839-1914), sem, todavia, especificar qual a possível homologia conceptual. Recorde-se que, para Peirce (2010), a *semiose* é um processo que visa a obter significados a partir dum signo – na sua tripla constituição de *icon*, *índex* e *símbolo*, que remete para um objeto, ou antes que o sinaliza, através dum interpretante, isto é, duma instância mediadora de natureza subjetiva, psicológica, mas não necessariamente humana.

O objeto para Peirce é *dinâmico*, o que significa que há uma cadeia de possíveis interpretantes, que a cada nível o interpretante se torna por seu turno signo, sendo suscetível de novas interpretações. Essa aproximação do triângulo epistêmico ao triângulo semiótico oferece a possibilidade de melhor explicar a passagem do nível do senso comum a níveis sucessivamente mais elaborados de interpretação, como será o caso da epistemologia do senso comum proposta por SM. O paralelo com a semiótica poderá, todavia, levar à tentação de confundir interações humanas com intertextualidades, mas tal passo certamente arriscado não é inevitável (PEIRCE, 2010).³

O triângulo epistêmico de SM comporta múltiplas leituras, como Markova (2000) bem sublinha.

FIGURA 1
TRIÂNGULO EPISTÊMICO



Fonte: Elaboração do autor, com base em Moscovici (1984, p. 9) e Peirce (2010).

Alter pode ser um outro sujeito, um grupo, ou mesmo uma ideia, estando sempre subjacente a procura de sentido, e não será este o cerne da psicologia social? – aquilo que, como adverte Piaget (1970),⁴ transforma o comportamento em conduta, o instinto em intencionalidade.

E assim, numa perspectiva semiótica, o sujeito epistêmico de SM desloca-se para o vértice do interpretante de Peirce, enquanto instância que estabelece uma ligação que, mesmo no grau zero de aparentemente ausente, não deixa de estar presente, inclusive enquanto “retorno do reprimido” (MOSCOVICI, 1993b).

Percebe-se o que uma proposta dessa natureza tem de original senão de revolucionário no campo das ciências sociais, cujo paradigma continua dominado por uma representação alicerçada na oscilação entre individualismo e holismo, ambos metodológicos, e em que a passagem dum ao outro se processa de forma descontínua, tipo *gestalt-switch*. Note-se igualmente que a originalidade não será total dado que, desde Kant (1781/2001),⁵ não deixamos de nos preocupar com esse grande mistério – nas suas próprias palavras – que nem ele nem depois viria ainda a ser resolvido pelo menos em termos consensuais, o mistério da mediação entre imagem e sentido.

Dispomos de palavras – por exemplo “esquemas” – mas são conceitos, dispomos de imagens – diagramas, formas, contornos, figuras – mas são imagens. Abrimos caixas negras para apenas encontrar novas caixas negras, tal como cada interpretante se torna por seu turno significativo à procura de um novo significado.

3

A obra reúne várias passagens extraídas da obra de referência *Collected Papers*, disponível na internet.

4

“O ponto de vista da conduta ou seja do comportamento nele incluindo a consciência ou a tomada de consciência” (PIAGET, 1970, p. 139, tradução nossa). No original: “Le point de vue de la conduite c'est à dire du comportement y compris la conscience ou prise de conscience”.

5

“Este esquematismo do nosso entendimento, em relação aos fenômenos e à sua mera forma, é uma arte oculta nas profundezas da alma humana, cujo segredo de funcionamento dificilmente poderemos alguma vez arrancar à natureza e pôr a descoberto perante os nossos olhos” (KANT, 1781/2001, p. 180-181).

A metáfora do triângulo oferece uma virtualidade heurística indeterminada. Para Simmel (1908/1999), uma díade não era um grupo. É a partir de três que as alianças e a coligação se tornam possíveis:

O número dois representava igualmente bem a primeira síntese e a primeira unificação bem como a primeira divisão e a primeira antítese; o aparecimento do terceiro significa a transição, a reconciliação, é renunciar à contradição absoluta – mas que por vezes também a funda. Parece-me que a tríade na medida em que engendra três formas típicas de reagrupamento, que por um lado não são possíveis com dois elementos, e que por outro lado num número superior a três, ou são também excluídas ou apenas se alargam quantitativamente sem que o seu tipo formal se modifique.⁶ (SIMMEL, 1908/1999, p. 131, tradução nossa)

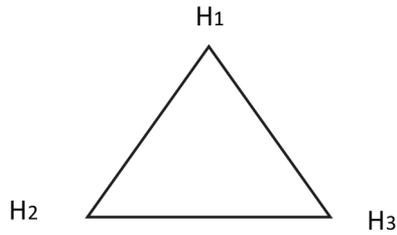
Mas é também a partir de três que a ambiguidade se instala e que as coligações se tornam instáveis. Vejam-se o paradoxo de Condorcet e as aporias da transitividade, quando da simples seriação lógica passamos às preferências. E assim também entendemos a distância do triângulo de SM do behaviorismo social de George H. Mead (1863-1931) – na verdade Mead não se engana porque é mesmo de behaviorismo a que se reduz o seu eu (*self*) semântico concebido como um diálogo interior entre o “eu” (I) e o “mim” (me) e em que esta segunda instância corresponde à forma como o “eu” se objetiva a si próprio através do diálogo com os outros (WILEY, 1994).

Mudando de registo e passando a PB, encontramos uma nova metáfora triangular, embora o autor nunca a apresente nesses termos. Referimo-nos à tríade “campo-habitus-capital” que constitui a imagem de marca, passe o termo, da sociologia de PB. Mas não é difícil, será mesmo um pouco óbvio, colocá-la num diagrama triangular em que o *habitus* funcione como a instância mediadora entre o *campo* e o *capital*, desde logo simbólico, que transforma um “*campo liso*” – na provocatória linguagem metafórica de Deleuze e Guattari (1980) que certamente escandalizaria PB, num “campo estriado”. Sobre esses três conceitos ou figuras a literatura é abundante.

A Figura 2 constitui uma tentativa de ilustrar o modelo de PB em termos muito esquemáticos: H1, H2 e H3 representam sistemas de *habitus* articulados por relações de poder consoante o capital específico de que dispõem e de acordo com uma dinâmica de soma zero. A representação triangular procura traduzir a possibilidade de estratégias locais de alianças e coligações produzindo alterações igualmente locais na paisagem do campo, mas sem alterações sensíveis no sistema global.

⁶ No original: “Le nombre deux représentait aussi bien la première synthèse et la première unification que la première division et la première antithèse; l'apparition du tiers signifie la transition, la réconciliation, la réconciliation, c'est renoncer à la contradiction absolue-mais c'est parfois la fonder. Il me semble que la triade en tant que telle engendre les trois formes typiques de regroupement, qui d'une part, ne sont pas possibles avec deux éléments, et qui d'autre part, dans un nombre supérieur à trois, sont ou bien exclues elles aussi, ou bien ne font que s'élargir quantitativement sans que leur type formel soit modifié.”

FIGURA 2
REPRESENTAÇÃO TRIANGULAR (ESTRATÉGIAS LOCAIS)



Fonte: Elaboração do autor.

Vejam-se nomeadamente as contribuições dos colegas brasileiros neste nosso número e na sequência de anteriores desenvolvimentos. Moisés Sobrinho de há muito que estabeleceu paralelos entre o conceito de *habitus* e o conceito de representação social, introduzido por SM. Por seu turno, Campos e Lima (2015, 2016), Lima e Campos (2015) e Fátima Abdala, também, há muito que têm vindo a reflectir sobre o conceito de campo nomeadamente em contraste com o conceito de grupo, mais próximo da psicologia social, na sua vertente “europeia”. Campos e Lima vão agora mais longe ao confrontarem as relações objetivas de PB que ele sempre opõe e insiste em distinguir das interações subjetivas.

Receio de psicologismo? Como se no fundo do sociólogo não encontrássemos sempre um psicólogo e no fundo de cada psicólogo não encontrássemos, por seu turno, um sociólogo (JESUINO, 2001). Que o *habitus* funcione no campo como intérprete, como estrutura estruturante que reproduz ou mesmo continuamente altere a estrutura do campo, e que essa seja uma mediação psicossociológica, é algo que não será difícil de admitir.

É certo que PB não é muito explícito quanto à natureza dos processos psicológicos subjacentes ao *habitus*. Sabemos que resulta da socialização e sabemos que é de ordem estrutural, incorporando-se nas atitudes desde logo corporais – e assim recuperando a aceção original da atitude/*setting*/*Einstellung*/disposição – as “técnicas do corpo” a que Marcel Mauss (1873-1950) recorre para distinguir diferentes e significativas características culturais (MAUSS, 1950).

Nas raras passagens em que PB espreita para o interior da caixa negra parece ser a memória emocional condensada do *self* – o marcador somático de António Damásio (1994) – que constitui essa disposição (inconsciente?) a orientar as movimentações dos sujeitos num espaço informado por “*creodos*”, ou seja, com percursos preferenciais e facilitadores, homólogos ou mesmo metonímias das paisagens traçadas pelas redes neuronais internas.

A hipótese tem verossimilhança e não será um mérito menor de PB ter introduzido o campo no *corpus* da sociologia e com ele a própria psicologia na medida em que implica uma subjetividade fortemente

condicionada pelo contexto. O conceito de campo enquanto metáfora da Física fora inicialmente introduzido nas ciências humanas por Kurt Lewin (1890-1947), autor judeu alemão emigrado nos Estados Unidos que viria a exercer uma influência decisiva na formação da moderna psicologia social (LEWIN, 1952).⁷

Em obra recente, Peter Sloterdijk (2011) dirige uma crítica contundente ao que considera um estreitamento do *habitus* no *homo bourdivinus* ao retirar do conceito toda a dimensão ética que estruturava a conceção de Aristóteles e posteriormente dos escolásticos. Ou, por outras palavras, em que parece ignorar, ou pelo menos não dá o devido relevo à margem de *agentismo* que “resiste” aos processos de socialização conducente à conformidade.

A crítica é aliás bem conhecida e muitas vezes repetida a ela retorquindo PB, assim como todos os seus discípulos e admiradores, que os campos não são certamente rígidos, não são campos físicos mas sociais, apenas que as mudanças são lentas e só metamórficas no tempo longo.

Em SM respira-se em contrapartida uma outra atmosfera. Se o triângulo de PB parece adotar como interpretante um *locus* atitudinal, no triângulo de SM observa-se uma translação para o que ele designou como “campo da representação” – uma outra estrutura estruturante na origem da *teoria das representações sociais* (MOSCOVICI, 1976a). Recorde-se a ideia: uma representação social é uma estrutura complexa compreendendo informação (signo), campo de representação – o núcleo (esquema kantiano? Ver nota 6) onde a imagem se articula com o conceito – e a atitude – porventura o marcador somático ou o *habitus*, como prefere PB, que permite a passagem da representação à ação.

O texto de SM não poderia ser mais claro: “a representação dum objeto é, ao mesmo tempo, conferir-lhe o estatuto dum signo, tornando-o signifiante” (MOSCOVICI, 1976a, p. 62). Em seguida SM precisa a tripla condição da dialética representacional:

- toda representação é representação de algo (*quelque chose*);
- qualquer coisa é representação de qualquer coisa;
- qualquer coisa é representação de alguém (*quelqu’un*).

Isso permite confirmar o processo semiótico dum interpretante que, ao se interpretar, se transforma ele próprio em signo. Quanto à estrutura do campo de representação, SM dá igualmente precisões que muito esclarecem a epistemologia subjacente à sua proposta. Mais uma vez, vale a pena seguir na íntegra:

Daí deriva a alternância que a caracteriza: tanto (*tantôt*) representar como representar-se. Também aí nasce a tensão no coração de cada representação entre o polo passivo da marca (*empreinte*) do objecto – a figura – e o polo ativo da escolha do sujeito – a

7

Kurt Lewin não é nunca citado pelo próprio PB. No número 200 de 2013, nas *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* – ARSS – que reproduzem parte dos cursos de PB de 1972 a 1975, não encontramos qualquer referência ao contributo de Lewin. Nesse mesmo número apenas o artigo de Thomas Medvetz anota “uma utilização precoce do conceito de campo em ciências sociais nas teorias sociopsicológicas de Kurt Lewin” (p. 45). Para avaliar a relevância de Kurt Lewin para além da psicologia social que decisivamente renovou, veja-se nomeadamente Pierre Kaufmann (1968).

significação que lhe dá e de que a investe. Esta alternância e este papel de intermediário entre o “percepto” e o “conceito” está na base” *acrescenta*, “duma espécie de desenvolvimento genético que vai do percebido ao concebido (*du perçu au conçu*) passando pelo representado.

Trata-se duma constatação lógica. No real a estrutura de cada representação aparece-nos desdobrada, tem duas faces tão pouco dissociáveis como o direito e o verso duma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica. Escreveremos:

$$\text{Representação} = \frac{\text{Figura}}{\text{Significação}}$$

Entendendo por isso que ela faz compreender a toda a figura um sentido e a todo o sentido uma figura. (MOSCOVICI, 1976a, p. 63)

Antecipa-se também, como de resto SM igualmente esclareceu, o duplo processo da *ancoragem* (significação) e da *objetivação* (*figura*) que está no centro da dinâmica representacional (JESUINO, 2001).

Retomando o conceito de gênese referido na passagem transcrita, há que referir que essa é uma ideia central na obra de SM como de resto na perspectiva construtivista em que se inscreve. São múltiplos os lugares onde o dispositivo genético é invocado, adquirindo particular relevo as minorias ativas (MOSCOVICI, 1976b).

O processo de mudança social, assim sugere SM, comporta um movimento tanto dialético como dialógico, cujo primeiro momento consiste numa deslegitimação da suposta racionalidade normativa – colocar em causa o senso comum, as práticas consensualmente aceites, contestação essa que obriga a uma reflexão que leve mesmo a contra-argumentar, o que poderá conduzir, e conduz, sobretudo quando a lógica minoritária acaba por predominar através dum bom senso conducente a um novo senso comum. Esta dinâmica encontra-se em filigrana na obra de Max Weber, mas também em Kurt Lewin, adquirindo maior clareza com os dados empiricamente validados por SM.

Em todo o caso, esta será apenas uma parte daquilo que podemos observar nos processos da mudança social. A fonte inspiradora de SM, sabemos-lo, até porque ele próprio e por várias vezes o reconheceu, foi Jean Piaget (1896-1980) e não propriamente Émile Durkheim (1858-1917). Lembrar Piaget remete para o estruturalismo genético, acentuando o construtivismo que conduz duma estrutura de determinado nível a outra de nível superior através duma gênese. Que tenhamos de considerar tanto a gênese como a estrutura e que ambos se achem articulados é algo que encontramos em numerosos autores da atualidade. Como que um novo senso comum partilhado pelos cientistas sociais.

É o que noutros termos PB designará como *estrutura estruturante e estrutura estruturada*. Uma terminologia que vamos encontrar igualmente na *teoria da estruturação* de Anthony Giddens (1984). Mas não é fácil, e julgo não cometer nenhuma heresia sugerindo que o próprio Piaget se debateu com esse problema sem encontrar uma solução satisfatória, a saber, como explicar a passagem duma a outra estrutura, ou, nos termos de Piaget (1975), em que consiste o *processo de equilibração* desde logo das estruturas cognitivas.

Vamos encontrar o mesmo problema nos processos evolucionistas, agora numa outra escala, a escala filogenética, em que alternam explicações baseadas em pequenas alterações locais – o que torna difícil explicar a emergência das novas formas e as explicações tipo “equilíbrio pontuado”, com saltos quânticos que, por seu turno, implicam descontinuidades que uma ontologia monista tem dificuldade em acolher.⁸

Tais dificuldades poderão explicar que o consenso construtivista leve os autores a dar mais relevo à *estrutura estruturante*, como será o caso de SM na esteira de Jean Piaget, e outros, como PB, a colocar o acento na *estrutura estruturada*.

PB parece com efeito mais atento à permanência, à reprodução e finalmente à resistência que os “campos” oferecem aos processos de mudança, embora o autor e seus “*compagnons de route*” insistam no *agentismo* do *habitus* que, dissemo-lo invocando Sloterdijk, no papel que PB lhe confere, acaba por constituir mais um foco de resistência, mais um aliado dum senso comum, da *doxa*, do que propriamente uma fonte de inovação.

Estas observações são banais, mas há que insistir e mesmo reforçar as razões e paralelismos que possamos estabelecer. Por surpreendente ou mesmo escandaloso que possa parecer, a teoria do *habitus* foi introduzida por PB – o momento em que o sociólogo recorre à psicologia – inscrevendo-a, todavia, num modelo de cariz neobehaviorista desenvolvido e aparentemente com algum sucesso pela teoria das *redes neuronais* (RUMMELHART; MACCLELLAND, 1986). O *disposicionalismo* do *habitus* teria aí a sua fácil explicação orgânica, perdendo o *habitus* a sua aura metafísica da palavra latina para se transformar, como finalmente parece ser ao que PB o reduz, aos prosaicos hábitos como o bom senso comum os entende.

Esta leitura redutora do *habitus* leva a colocar sérias dúvidas quanto à sua aproximação ao conceito moscoviciano de representação social. SM recorre aqui a uma linguagem não técnica. PB reivindica o jargão por forma a afastar do senso comum, embora, como seria aqui o caso, dele pouco finalmente descole, enquanto SM se mantém no senso comum, ou antes, na forma como este se exprime, para em seguida procurar nelas raízes menos comuns.

8

A teoria do equilíbrio pontuado (*punctuated equilibrium*) deve-se em grande medida a Stephen Jay Gould (1941-2002) já presentida por Jean Piaget. Ver Gould (2007).

A expressão “representação social” remete para algo aparentemente inteligível de imediato, mas contendo conotações menos imediatas que se desocultam através da análise e da reflexividade.

Deve-se, sobretudo, a Willem Doise (1982, 2005) a aproximação senão mesmo continuidade entre o conceito de representação social de SM e o *habitus* de PB. A ideia é apresentada por Doise pela primeira vez na tese publicada em 1982 com o título *Explicação em psicologia social*, onde procura no capítulo final estabelecer ligações entre psicologia social e sociologia, nomeadamente no que se refere a SM e PB e que irá basear a definição que posteriormente propõe para representação social enquanto “princípios geradores de tomada de posição ligadas a inserções específicas num conjunto de relações sociais e organizando os processos simbólicos intervindo nessas relações” (DOISE, 1986, p. 89).

Sabemos que SM sempre resistiu a definir, limitando-se a caracterizar mais a noção do que o conceito. As definições tendem a limitar a capacidade da expansão semântica, o que não estaria em consonância com uma teoria que se pretende aberta e em progresso. Por outro lado, o acento posto na “tomada de posição” mesmo matizado pela ideia do “princípio gerador” desloca de imediato a compreensão do conceito para a componente atitudinal, a jusante do campo da representação.

Tal deslocação é tanto mais estranha quanto é certo ter sido W. Doise um dos autores que mais e melhor insistiu na distinção entre representação social e atitude. Da mesma forma, não será menos intrigante que tenha vindo a colaborar com SM na redação de um longo ensaio, tão pouco recordado e tão pouco justificado, sobre a dinâmica de grupos, não na ótica do conflito intergrupo introduzida por Henri Tajfel (1919-1982), mas na ótica moscoviciana dos “grupos abertos” e dos conflitos entre minorias e maiorias que neles emergem (TAJFEL, 1982; MOSCOVICI; DOISE, 1991, 1992).

Subjacentes a tais “posicionamentos” ou, se preferirmos, “princípios geradores” estarão os “*thêmata*”, ou seja, pressupostos básicos, de natureza mais “estilística”, mais “psicológica” do que sociológica. Mas *thêmata* não são o mesmo que representação social e sendo este o elemento na cadeia dos interpretantes que irá fazer a ligação às atitudes enquanto tomadas de posição e consequentes comportamentos (MOSCOVICI; VIGNAUX, 1994).

A teoria de PB do *habitus* enquanto disposição, reforçada pelos processos de socialização, que em última análise poderão remeter para um behaviorismo skinneriano, foi igualmente apontada por Celso de Sá (1994), na sua muito controvertida aproximação à TRS.

É, todavia, difícil escapar ao funcionalismo implícito nas doutrinas posicionais como SM mostra no seu ensaio sobre as minorias activas onde contrasta o funcionalismo com o método genético que ele preconiza e procura correntemente aplicar nos seus estudos empíricos.

CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

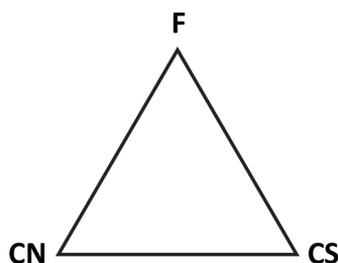
No *Homo academicus* publicado por PB em 1984, no mesmo ano em que SM publica a sua tese sobre o novo olhar em psicologia social e a centralidade das RS nesse novo paradigma, podemos encontrar no espaço a duas dimensões construído pela técnica estatística da análise de correspondências que SM e PB estão muito próximos, ocupando posições quase coincidentes, a igual distância de Michel Foucault (BOURDIEU, 1984, p. 290).

Tal resultado surpreende a vários títulos. Sabemos que os dois autores profissionalmente – ambos professores na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS – e aparentemente com interesses convergentes nunca se referem um ao outro como já recordamos no início deste texto.

Esta deliberada ignorância recíproca não constitui novidade no âmbito das comunidades científicas que de resto o próprio PB, com a sua noção de campo enquanto espaço de “relações objetivas” em termos de dominantes e dominados, nos ajuda a perceber.

Para além dos aspetos de maior ou menor protagonismo ou mesmo maneirismos pessoais, são duas disciplinas sociais muito próximas – a sociologia e a psicologia social – e será nesse âmbito que interessa prosseguir a análise. SM e PB serão naturalmente aliados na dinâmica triangular constituída por ciências naturais, ciências sociais e filosofia.

FIGURA 3
DINÂMICA TRIANGULAR (CIÊNCIAS NATURAIS, CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA)



Fonte: Elaboração do autor.

Em *Homo academicus* (1984), PB apresenta um quadro ilustrativo muito claro da forma como vê a distribuição das várias disciplinas no campo das ciências. A imagem reporta-se à realidade francesa, mas não será difícil de admitir que eles possam verificar-se numa forma generalizada pelo menos nas culturas de matriz ocidental.

Por um lado, o quadro opõe, num dos polos, as ciências naturais (matemáticas, física, química, biologia) e, no outro polo, as humanidades (história, letras, filosofia) e na interface as ciências sociais (economia, sociologia, etnologia, psicologia, linguística, geografia). Por outro lado, coloca-se em evidência a distinção entre ciências “puras” e ciências

“impuras” porventura no sentido de ciência fundamental e ciência aplicada, mas onde o carácter de aplicação (prática) estaria, sobretudo, presente nas ciências sociais, desde logo ignorando a vertente tecnológica derivada das ciências naturais. Por si só mereceria um desenvolvimento separado de que nem PB nem SM se ocuparam.

No quadro de PB também se reveste de particular interesse a posição de dominadas das ciências sociais, no cruzamento das ciências naturais e das humanidades, e com um estatuto marginal para ambas. Em contrapartida as imagens recíprocas entre humanidades e ciências naturais seriam pautadas pelo respeito mútuo ou, se preferirmos, por uma indiferença cortez. Lembremos o sempre e ainda actual depoimento de Edgar Snow sobre as duas culturas que, embora separadas, conseguem manter uma saudável coexistência e por vezes mesmo estabelecer relações de colaboração considerada desejável para estimular a imaginação científica e simetricamente a imaginação poética da criação artística.

Gaston Bachelard (1844-1962) constitui um exemplo dessa oscilação entre as exigências do rigor que ele reclama para as ciências naturais sem que tal interfira com o exercício das admiráveis “*rêveries*” poéticas em torno dos elementos primordiais – a terra, a água, o fogo, o ar. O leitor dificilmente deixará de estranhar a mudança na atmosfera dos textos escritos pelo mesmo autor, o grau em que o severo e intransigente epistemólogo é capaz de dar livre curso à sua imaginação, uma outra faceta agora positiva do Dr. Jeckyll e Mr. Hyde.

A situação das ciências sociais é mais difícil, admitindo, como sugere PB, a dupla marginalidade a que parecem sujeitas. Há, todavia, que introduzir algumas precisões que, na sequência, foram admitidas pelo próprio PB. Na verdade, as principais tensões derivam, sobretudo, da filosofia enquanto disciplina que continua a exercer uma regulação epistemológica do campo da ciência quer em termos de “filosofia da ciência”, quer em termos mais genéricos de epistemologia enquanto teoria do conhecimento. Por vezes estas duas aceções confundem-se, mas não vamos determo-nos aqui em precisões semânticas.

É em grande medida esta reflexão sobre a ciência em geral introduzida pela Filosofia, e poderíamos remontar a Kant, e por outro lado a emergência nos finais do século XIX de novas disciplinas sociais como a sociologia, a psicologia e a etnologia que vão alterar profundamente a estrutura do campo.

É habitual atribuir a Thomas Kuhn (1922-1962), não propriamente um filósofo mas um historiador da ciência com formação em física, a origem do debate filosófico derivada da distinção por ele introduzida entre “ciência normal” e “ciência revolucionária”, bem como pela noção de “paradigma”, posteriormente corrigida para “matriz disciplinar”. O debate é suficientemente conhecido e repetido à saciedade pelo que

basta aqui mencioná-lo, enquanto referência a que ambos os autores SM e PB foram igualmente sensíveis.

Uma consequência dos conceitos introduzidos por Kuhn, retomados e refinados nomeadamente por Popper, Lakatos, Feyerabend, para citar apenas os mais conhecidos, consistiu em tematizar os critérios da validade científica que, por seu turno, vieram dar maior consistência à “*pecking order*” das ciências: a física no topo da hierarquia e como que “*benchmarking*” do ideal científico a que todas as disciplinas deveriam almejar, designadamente através da formalização matemática, para adquirirem “*direito de admissão*”, na expressão de PB, no subcampo da ciência pura. É conhecida a expressão inspirada na psicanálise da “inveja da física” que tem levado as disciplinas a tentar satisfazer tal desiderato.

Numa tal hierarquização as ciências sociais ocupam um lugar marginal, pré-paradigmáticas segundo Kuhn, ou seja, dispersas em numerosas escolas e orientações, regidas por estratégias de diferenciação sem lograrem um mínimo de integração, ou seja, de “normalização” consistente.

O diagnóstico é difícil de rejeitar, tanto por PB como SM, a partir das referências cautelosas que fazem a Kuhn e que, no essencial, ambos parecem aceitar. O debate vai, todavia, prosseguir noutros subcampos, designadamente na reformulação de subdisciplinas tais como a sociologia da ciência e posteriormente a psicologia social da ciência, nas quais PB e SM têm uma palavra a dizer.

SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA

Também aqui há que ser breve e partir do princípio de que o leitor se acha minimamente informado e também recetivo a possíveis reinterpretações ou meras releituras.

A voz de PB é aqui naturalmente dominante. Trata-se da disciplina cujo estatuto de cientificidade reivindica, restando saber em que termos. O tema interessa a PB ao longo de toda a carreira, tal como candidamente relata no “*esboço duma auto-análise*”, no final da sua obra *Science de la science et réflexivité*, publicada em 2001, transcrevendo o curso que ministrou nesse mesmo ano no Collège de France.⁹

Nesse derradeiro curso de 2001 – PB morreria no ano seguinte –, o autor recorda ter publicado sobre o tema do “campo das ciências” em 1975 e sugere mesmo que esse seu artigo, cujas teses essenciais iria manter, teria causado um impacto decisivo. Na verdade, o artigo representava um corte com a sociologia da ciência iniciada nos anos 1940 por Robert Merton (1910-2003) (1973) nos Estados Unidos, sem todavia incorrer nos excessos da nova sociologia da ciência que posteriormente irá seguir-se, primeiro com o programa forte de David Bloor (1976) e em seguida com a teoria do actor-rede (ANT) de Michel Callon e Bruno Latour (1981).¹⁰

⁹ Ocasão também para lembrar essa instituição francesa criada em 1536 e onde ser professor constitui só por si uma consagração. PB integra o Collège em 1982 pronunciando uma lição desde logo controversa, dela sendo publicado um extrato com o título “Leçon sur la Leçon”.

¹⁰ Para uma visão mais atualizada da teoria ator-rede, ver Bruno Latour (2005). Para uma visão crítica e próxima das teses de Bourdieu, ver Terry Shinn e Pascal Ragouet (2005).

A sociologia da ciência é hoje uma subdisciplina dotada dum *corpus* difícil senão impossível de conhecer na íntegra. O corte operado por PB consistiu fundamentalmente em contestar a imagem irénica da ciência proposta pela sociologia funcionalista de Robert Merton objetivada no conceito de “*comunidade científica*” constituída por cientistas regidos por princípios ideais, tais como universalismo, comunalismo, desinteresse e ceticismo organizado, que viriam a ser sintetizados pela expressão “*ethos mertoniano*” da ciência.

Trata-se dum *tipo ideal* que, como observa Bourdieu (2001, p. 26), aproxima o cientista do burocrata de Weber. É certo que o próprio Merton tinha consciência de eventuais efeitos perversos, e desde logo o “efeito Mateus” – os que têm mais recebem mais (Mateus 25:14-30) – empiricamente observado nas “comunidades” pretensamente desinteressadas.

À imagem da “comunidade” PB opõe o conceito de campo de forças com a sua estrutura relacional baseada no poder e dinâmicas subjacentes. Hoje em dia será difícil rejeitar esse outro olhar sobre a atividade dos cientistas, pondo em causa a pureza das suas motivações.¹¹

Porventura mais importante será a ideia também originada em Kuhn (1962) da *incomensurabilidade dos paradigmas* – simplificando muito, não é possível recorrer a critérios absolutos e universais de verdade, ou seja, não é possível prescindir do consenso dos pares para validar as descobertas científicas.¹²

Será essa igualmente a ideia de Karl Popper (1902-1994) ao propor que o conceito de verdade adquire maior consistência epistemológica se for substituído por uma espécie de “teologia negativa”, ou seja, se em lugar de procurarmos verificar a verdade dum teoria procurarmos antes falsificá-la. Inocente até prova em contrário. O que equivale a dizer que uma teoria científica nunca é em rigor verdadeira, mas apenas não falsa ou ainda que essa falsificação depende do nível de análise como é o sempre citado caso da passagem de Newton a Einstein.

Uma vez aberta a caixa de Pandora, difícil seria impedir a deriva relativista iniciada pelo *programa forte*¹³ de David Bloor (1976), dando lugar a numerosos estudos de caso através dos quais o laboratório, qual “caixa negra”, se abriu ao olhar curioso e nem sempre generoso dos cientistas sociais, levando a excessos e incompreensões mútuas que culminam no espetacular “Caso Sokal”, onde a retórica sociofilosófica acaba por ser ridicularizada, embora com argumentos não inteiramente convincentes (SOKAL; BRICMONT, 1998). O caso deixou sequelas que não têm facilitado a aproximação entre ciências sociais e ciências naturais.

A tendência para argumentar recorrendo à retórica filosófica é uma das críticas que PB dirige às derivas da “nova sociologia da ciência”, nomeadamente no caso de Bruno Latour, ainda que o próprio PB possa

11

Embora datado ocorre referir um estudo analítico sobre a comunidade científica portuguesa efetuado por uma equipa de sociólogos e psicólogos sociais coordenado por Jorge C. Jesuino em 1995, de certo modo iniciando o interesse por esta nova área de estudos em Portugal.

12

Não significa que a consequência seja o relativismo empírico. Tal como observa René Thom (1923-2002) – “nunca um erro de alguma importância conseguiu imiscuir-se num resultado sem ser quase imediatamente detetado. Como é que um tal ‘consenso’ poderia explicar-se se não correspondesse a um sentimento geral, fruto do conflito do espírito com os constrangimentos permanentes, imperiais e universais? Nesta confiança na existência dum universo ideal, o matemático não se inquietará com os limites dos procedimentos formais, poderá esquecer o problema da não contradição. Porque o mundo das Ideias, excede infinitamente as nossas possibilidades operatórias, e é na intuição que reside a última ratio da nossa fé na verdade dum teorema [...] Não há uma definição rigorosa de rigor [...] O rigor ou o seu contrário a imprecisão) é fundamentalmente uma propriedade local do raciocínio matemático” (THOM, 1974, p. 66-67). Para Thom, Platão continua a ser a única alternativa, mas agora o universo das Ideias torna-se assintótico e baseado na confiança na racionalidade.

13

O programa forte de Bloor (1976) propõe quatro princípios epistémicos que o sociólogo da ciência é convidado a considerar: (1) *Causalidade* – quais as condições de surgimento das crenças tendo em conta que estas não sejam apenas sociais; (2) *Imparcialidade* – tanto a verdade como a falsidade, como a racionalidade ou irracionalidade, do êxito e do fracasso; (3) *Simetria* – explicar pelos mesmos tipos de causas tanto as crenças “verdadeiras” como as “falsas”: os erros não poderiam ser imputados unicamente a causas sociais

e as verdades unicamente imputadas à lógica e à razão; (4) *Reflexividade* – os modelos explicativos desenvolvidos pelos sociólogos a propósito dos conhecimentos em geral devem aplicar-se à própria sociologia. O princípio de simetria foi o que mais controvérsia suscitou e ainda suscita e o princípio da reflexividade nunca veio a ser praticado com exceção de PB que dele explicitamente se reclamou.

por seu turno ser acusado do mesmo, talvez consequência da sua matriz de “normalien”.¹⁴

O programa alternativo de sociologia da ciência que PB propõe e que em certa medida aplicou em obras como o *Homo academicus* (1984) e *La noblesse d'État* (1989a) apoia-se na tríade “campo-habitus-capital”, que, por frágeis ou datados que estejam os seus resultados, teria definitivamente entrado no léxico das ciências sociais, senão mesmo na *doxa* do senso comum.

O quadro conceptual é concebido para funcionar a nível macro, a nível do espaço social, tendo o Estado como coordenador em última instância. É certo que PB admite que a lógica triádica das estruturas estruturantes igualmente se verifique *fractalmente* em subcampos cada vez mais locais, “*mise-en-abîme*” que nunca se autonomiza da hierarquia a que em última análise se acha ligada.

Daí que se entenda a crítica que dirige aos estudos de caso de que a observação participante de Latour e Wolgar (1979) constitui o exemplo pioneiro. Para PB tais estudos tendem a limitar-se a explicações “internas”, ou seja, explicações que não têm em conta os condicionamentos externos, tornando-se assim irremediavelmente locais e por isso mesmo de curto alcance e limitada generalização.

E quanto ao papel mediador do *habitus*, voltamos a encontrar aqui a ideia redutora duma protopsicologia dominada pelos processos de “domesticação”, para evocar um termo do agrado de Sloterdijk a que parece reduzir-se a socialização, agora ao nível terciário, das regras subjacentes aos “jogos de linguagem” dos campos disciplinares.

PSICOLOGIA SOCIAL DA CIÊNCIA

É neste ponto que podemos recorrer a SM que, agora a partir do seu “outro olhar”, um olhar mais meso do que macro ou micro, se torna possível propor explicações menos redutoras e de algum modo complementares duma sociologia da ciência. Haverá que fazer um pouco de história, embora igualmente em termos escandalosamente breves.

A psicologia da ciência, ou antes, a psicologia dos cientistas começa com as características psicológicas dos cientistas. Sob esse aspecto não difere da protossociologia da ciência centrada nos perfis sociais dos cientistas, sendo um dos méritos de Merton deslocar o interesse para o nível institucional e organizacional. A “revolução cognitivista” dos anos 1950 e, por outro lado, a progressiva afirmação da psicologia social, ela própria fortemente influenciada pelo paradigma cognitivista (*social cognition*) desenvolvido pelos psicólogos sociais norte-americanos, levam a profundas mudanças na psicologia social da ciência.

Kuhn (1962) já tinha aberto a porta à importância da psicologia, sobretudo, no “contexto da descoberta”, a distinguir, segundo

14

Aluno da École Normale Supérieure - ENS - uma das grandes escolas, de origem napoleónica, que caracterizam o sistema francês, por regra dispondum prestígio e de aberturas profissionais superiores às oferecidas pelas universidades. PB dedicou-lhe um estudo publicado em 1989 com o título *La noblesse d'État* (1989a).

Reichenbach (1891-1953) (1938), do *contexto da verificação*, por forma a evitar qualquer tentativa psicologista.

O debate vai todavia complexificar-se, sobretudo no âmbito das ciências cognitivas e mais recentemente com as ciências neuronais, por virtude da entrada de mais um Cavalo de Troia, agora cavalgado pelos filósofos parentes da filosofia analítica, dando lugar à corrente da “*philosophy-of-mind*” (filosofia da mente ou do espírito, como os franceses preferem).

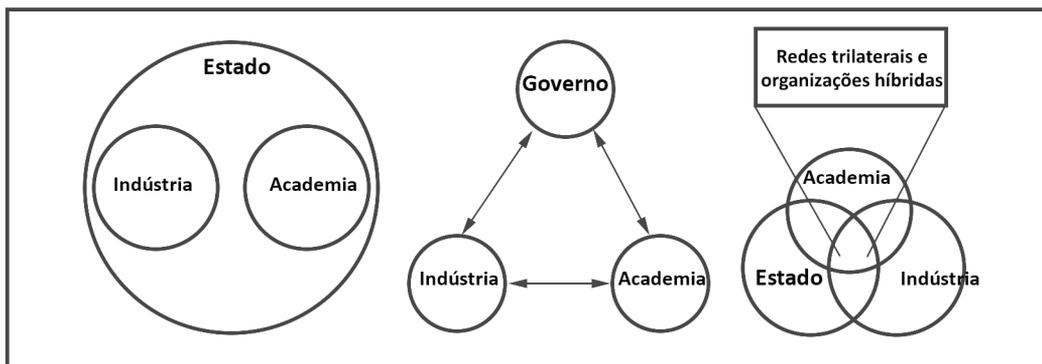
O debate continua nos nossos dias, ainda que com menos vigor, centrando-se em questões de inegável interesse e não apenas académicas, basta pensar no caso da *inteligência artificial*, como sejam as relações entre o espírito e o corpo, qual a natureza dos processos cognitivos, como explicar a emergência de novas formas – a obsessão de Piaget que ficou por resolver –, quais as possíveis modalidades de causalidade metonímica ou ainda, e isso irá interessar sobremaneira SM, qual o valor da “psicologia popular” (*folk*) ou, mais geralmente, como pensar o próprio senso comum nas suas múltiplas variantes.

Também a psicologia se vê confundida com a análise filosófica que não se limita a uma epistemologia regional, antes se insere numa reflexividade muito mais ampla e que acaba igualmente por se cruzar com a sociofilosofia da ciência.

O campo das ciências sociais, já não no sentido restrito de PB, caracteriza-se hoje por uma maior indistinção de fronteiras, o que não significa necessariamente maior densidade interdisciplinar, mas talvez apenas dispersão, onde filosofia, ciências naturais e ciências sociais mais se intercetam.

O triângulo de que inicialmente partimos será talvez mais bem metaforizado por ciclos de Venn, que melhor traduzem um espaço relacional em expansão e, portanto, de soma não nula, como será o caso da “tripla hélice” proposto por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff (1995, 2000), se atendermos às relações ainda mais complexas onde a produção do conhecimento científico cada vez mais se articula com o tecido económico da sociedade civil e agências reguladoras do Estado.

FIGURA 4
REPRESENTAÇÕES DOS ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO DA TRIPLA HÉLICE¹⁵



Fonte: Adaptado de Etzkowitz e Leydesdorff (2000, p. 11).

SM intervém neste debate a partir da perspectiva duma psicologia social da ciência. Nutre alguma impaciência com os debates epistemológicos sem, todavia, a eles se furtar. No que toca à “filosofia da mente” conhece os autores em cena, mas não vai muito além do leitor bem informado, que irá por vezes citar, como citará muitos outros vindos de áreas próximas, sejam Lévi-Strauss ou Chomsky, nomes que se tornaram comuns no âmbito deste novo espaço de debate, ou ainda Saussure, Jakobson e mais recentemente Bakhtin.¹⁶

Interessa, todavia, realçar a contribuição mais substantiva de SM para uma psicologia social da ciência que resume um longo artigo publicado, em 1993, no *Journal for the Critic of Social Behaviour*, uma revista fundada por Rom Harré, receptiva à teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 1993a).

Nesse artigo SM se alinha à tese do “consenso”, mas agora não limitado aos processos do senso comum e sim alargado ao nível do trabalho científico. Diferente todavia de PB será o acento que SM coloca nas interações de preferência às relações objetivas (CAMPOS; LIMA, 2016).

SM adota uma visão ascendente (*bottom up*), de resto, própria do método genético em que tanto insiste, compatível com o construtivismo dinamizado pelos processos da influência intersubjetiva. O texto talvez não surpreenda pela importância que atribui às dinâmicas entre minorias e majorias, porventura uma das grandes descobertas empiricamente validadas a que o seu nome ficará ligado. SM considera mesmo que as distinções epistemológicas residem nos diferentes processos subjacentes à influência maioritária e à influência minoritária.

O conceito de reflexividade encontra aqui uma outra aceção diferente da que fora introduzida no programa forte e que finalmente nunca teria sido operacionalizado. Por reflexividade, mas SM escreve reflectividade, possivelmente mais próximo da “abstracção reflexionante” (*refléchissante*) de Piaget, entende-se aqui a passagem a um reexame do que inicialmente nos parece óbvio, mas posto em causa por uma opinião

15

Esta figura foi extraída dum artigo publicado na *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, nov./dez. 2010, de autoria de Álvaro Augusto Dossa e Andreia Paula Segatto. A figura é adaptada do original de Etzkowitz.

16

Tal como reconhece na longa entrevista que concede a Ivana Markova, o conhecimento que SM tem de Bakhtin é relativamente tardio, o que explica o menor relevo atribuído inicialmente por ele, nomeadamente na *Psychanalyse*, às trocas conversacionais (MOSCOVICI; MARKOVA, 2000).

dissidente e não necessariamente mais correta, podendo conduzir a um lento trabalho em grande parte inconsciente, latente e finalmente a um processo de *conversão*.

Segundo SM, é esta a dinâmica que poderá constituir uma razão necessária ainda que insuficiente da psicologia da descoberta. Num capítulo publicado em 1975 num livro sobre Matemática, com o título intrigante de *La fête du cordonnier*,¹⁷ SM desenvolve profusamente o argumento, desencadeado por Kuhn, de que não basta a lógica da verificação para explicar o processo do conhecimento científico.

A “nova sociologia da ciência”, designadamente na sua vertente etnometodológica, já amplamente contribuíra com os seus estudos de campo, para esclarecer algo que os cientistas conhecem bem: a diferença entre o formato canónico dum trabalho científico para efeitos de avaliação pelos pares e a forma como a pesquisa de facto teria sido “construída”, no bom como no menos bom sentido do termo (KNORR-CETINA, 1981).

Ainda outra característica, tanto antecedente como corolário dos processos de influência subjacentes à inovação científica, mesmo que não se trate duma descoberta revolucionária – seja Einstein ou Bohr – tem lugar através dum dialogismo intergrupo, situando-se assim, mesmo que seja a “poele” de Descartes, que fala consigo próprio, sempre mediada por Outro, a um nível meso, o nível que é reivindicado como específico da própria psicologia social. SM que também frequentou a sociologia estará muito mais próximo de Simmel do que de Durkheim.

Altura também para referir a outra faceta de SM, bem mais conhecida, mas de forma alguma mais significativa, da TRS, sobretudo quando centrada no estudo de caso que lhe deu origem – *A Psicanálise, a sua imagem e o seu público*. A obra vale a muitos títulos, mas interessa-nos aqui deslocar a presciência do autor quanto à importância crescente da ciência a partir do início do século XX e à forma como extravasa do “campo” restrito bourdieusiano para o “*espaço social*” alargado, dando origem às representações sociais, à construção dum novo senso comum capaz ou talvez incapaz de conferir sentido e saber conviver com as situações de “*double bind*” a que os contornos totalizantes da instituição da ciência parecem conduzir-nos. A reflexividade de PB teria de se desdobrar numa meta-reflexividade, e reencontramos a metafísica, quanto à possibilidade dos humanos controlarem o seu próprio destino e condição.

CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Descemos mais um degrau e entramos num sub-subcampo. Mas haveria outros, no contexto da lógica fractal, como o campo da sociologia, ou o campo da psicologia social, e no interior das disciplinas gerais as subdiferenciações subparadigmáticas.

17

SM recorre com frequência a metáforas ilustrativas dos seus argumentos. Neste caso faz alusão à célebre fábula do sapateiro que, ao comentar um pormenor incorreto no desenho dum sapato, num quadro de Apelles – pintor da Grécia Antiga – e ver a sua observação reconhecida, volta a pronunciar-se sobre outro detalhe, o que lhe vale a reprimenda – não suba o sapateiro acima da sua chinela. A alusão é irónica, não sendo claro que SM a vire ambiguamente (ou reflexivamente) para si próprio.

PB não consagrou, tanto quanto seja do meu conhecimento, um exame detalhado do triângulo onde figurasse entre outros a tríade psicologia/psicologia social/sociologia. Ou um outro, porventura mais social, articulando psicologia social/sociologia/antropologia. As ciências sociais – SC – no sentido lato, pré-paradigmáticas como as caracterizou Kuhn (1962), sofreriam ainda mais acentuadamente o que designamos de síndrome da “inveja da física” tentando, e aqui a linguagem de PB é particularmente adequada, legitimar-se e obter “direito de entrada” recorrendo a metodologias “duras”, quantitativas, que de algum modo lhes conferissem um mínimo de credibilidade dita científica. Esse será mais um efeito da tendência imperialista das “ciências duras” a ilustrar a “violência simbólica que PB tanto invoca (BOURDIEU, 1989b).

Ciências como a economia, pelo menos na sua vertente hegemônica da econometria, há muito que subalternizaram a economia política. E serão igualmente os modelos financeiros altamente formalizáveis que resistem pela sua opacidade a uma representação social que as torne inteligíveis para o senso comum.

A psicologia geral, sobretudo, na sua vertente próxima das neurociências, enquanto disciplina que se ocupa dos comportamentos tanto animais como humanos, há décadas que se inscreve confortavelmente no campo das ciências naturais, próximas da biologia que, por seu turno, parece estar a deslocar a física enquanto ciência modelo, e hoje não menos percorrida por teorias alternativas e incomensuráveis, incapaz por isso mesmo de se unificar, tende a passar a segundo plano.

Poderíamos tornar o quadro ainda mais complexo se da ciência fundamental passarmos às aplicações técnicas e tecnológicas, até pela indistinção cada vez mais acentuada das suas fronteiras. Voltando aos autores que nos guiam neste percurso, tanto SM como PB não resistiram em combater o adversário no terreno deles, como confessa PB, na sua autoanálise (BOURDIEU, 2001) e daí o esforço das análises quantitativas utilizadas nos seus múltiplos estudos, alguns dos quais como *La distinction*, se tornaram referências obrigatórias.

Muitos desses estudos estão hoje datados mesmo no que se refere aos tratamentos estatísticos e ao seu valor probatório. Já em vida de PB seria possível concluir e ele próprio o reconheceu (BOURDIEU, 1997, p. 276) que os ajustamentos por ele hipotetizados entre campo e *habitus* não confirmam a “cumplicidade ontológica” nos termos previstos (MARTUCCELLI, 1999, p. 140).

Quanto a SM porventura numa cedência – mas será que se pode falar em cedência? – ao método experimental especialmente típico da *cognição social*, e onde aliás revelou particular competência, logrando obter resultados mais robustos no que se refere tanto aos processos de *polarização* observáveis na dinâmica de grupo, como aos já referidos

processos de *influência minoritária* enquanto agentes de mudança, aplicáveis à descoberta científica.

É certo que PB não ignora, e nesse sentido convoca o conceito de *conhecimento tácito* de Michael Polanyi (1891-1976), segundo o qual haveria uma capacidade irreduzível no exercício das competências tanto psicomotoras como intelectuais, o que não implica qualquer recurso a mediações representacionais (1966). E seriam igualmente tais processos implícitos que estariam subjacentes à psicologia da descoberta.

SM inspirou-se por seu turno na hipótese de Holton de quem adotou a noção de *thêmata* (plural do termo grego *thêma*) para significar pressupostos metafísicos que poderiam explicar as preferências dos cientistas perante soluções igualmente válidas pelo menos a um possivelmente provisório estado do conhecimento.

A noção dos *thêmata* introduzida em 1992 por SM permitiu renovar a TRS, uma teoria em progresso, e contribuiu para tornar mais clara e inteligível a ligação entre ciência e senso comum. Qual a razão subjacente pela qual, tanto o cientista como o “homem da rua”, recorrem em última análise a esse magma sincrético saturado de arquétipos, coletivamente construídos e coletivamente renovados, mesmo que de tal não tenham inteira consciência, para formularem os seus juízos e definir as suas opções?

Há certamente que reconhecer uma assimetria entre o lugar da sociologia e da psicologia social como consequência das estratégias desenvolvidas tanto por PB como por SM, ainda que saibamos que não bastam gigantes para construir novos impérios.

Conforme palavras de SM, a história não se faz com grandes homens, mas sem grandes homens não haveria história (MOSCOVICI, 1981, p. 414). Se tanto a sociologia como a psicologia são duas disciplinas relativamente recentes, hoje o seu estatuto epistemológico no campo da ciência, por subalterno que seja, não é posto em causa.

Difícilmente se poderá dizer o mesmo da psicologia social. Ainda que os historiadores sempre apontem que ela se inicia já com Wundt com o seu tratado sobre a psicologia dos povos – mas será que ainda é lido tal como continuamos a ler Durkheim ou Weber? Na verdade, a psicologia social só vem a adquirir momento a partir da Segunda Guerra Mundial e floresce sobretudo nos Estados Unidos, onde ficou indelevelmente marcada pela orientação cognitivista, aliás em consonância com a psicologia geral a que ficou ligada como subdisciplina.

Curiosa a distinção que virá a estabelecer-se entre *psicologia social psicológica* e *psicologia social sociológica*, uma terminologia de inspiração duvidosa, mas que traduz a dificuldade que uma disciplina híbrida encontra, não tanto em construir, mas sobretudo em legitimar o seu próprio objeto. E neste caso não se trata tanto de barreiras à entrada, mas sim de barreiras à saída.

A sociologia admite alargar o seu objeto a níveis micro, como será o caso do interacionismo simbólico e da etnometodologia que PB reconheceu e discute, nomeadamente no âmbito da nova sociologia da ciência. A SM, como já referimos no início, deve-se o esforço de construir uma psicologia social alternativa ao sociocognitivismo, uma psicologia social mais social, mais europeia de que a TRS seria a marca distintiva. Mas a própria TRS tem dificuldade em distinguir-se das tendências microsociológicas que acima referimos e que, como é conhecido, deu lugar a uma viva controvérsia, mas nem por isso conclusiva.

Em última análise as marcas distintivas da psicologia social europeia – por um lado a teoria da identidade social de Henri Tajfel e por outro as teorias de influência social de SM, ambas experimentalistas, acabaram, por isso mesmo, a ser as que obtiveram plena legitimação pelo paradigma da ciência normal que a disciplina logrou impor. Quanto à TRS, pensada como o *corte epistemológico* que haveria de abrir um novo espaço no campo das ciências sociais, mas talvez seja cedo para o afirmar, embora tenham já decorridos mais de 50 anos, está longe de ter obtido idêntico reconhecimento.

POR ÚLTIMO

Na sua breve autoanálise de 2005 PB relata como foi o seu percurso de “*normalien*” em filosofia que, por circunstâncias contingentes, o levaram a permanecer na Argélia, onde desenvolveu uma pesquisa etnográfica, uma experiência que recordará ao longo de toda a sua vida. Só depois resolveu fixar-se na sociologia, ciência a seu ver com estatuto duvidoso e, sobretudo, menos prestigiado que a etnografia. Recorde-se a influência exercida por Lévi-Strauss, que ainda hoje claramente se mantém ou mesmo se teria reforçado, através dos seus continuadores e dissidentes, permitindo especular que ela será porventura a disciplina tendencialmente capaz de integrar o campo das ciências sociais.

E tanto PB como SM parecem ter-se dado conta de tais tendências incoativas, ao admitirem ambos que os seus esforços de renovação disciplinar vão nesse sentido. Sintomático de facto que SM sugira que a TRS não é senão uma antropologia cognitiva, *uma antropologia do tempo presente* e que, por seu turno, PB se refira e até titule alguns dos seus textos por *antropologia reflexiva*, ou que alguns comentadores a tenham caracterizado como *antropologia estrutural*.

Entretanto, o percurso intelectual e académico de SM não teria sido menos rico, como pode observar-se a partir da obra que legou e das múltiplas entrevistas que concedeu.

Altura para referir que SM, para além da psicologia social que sempre considerou como a sua “paixão” – passe o termo, que não creio ter sido o seu –, recebeu formação em História e Filosofia da Ciência

(tal como PB) sob o magistério de Alexandre Koyré (1892-1964), tendo publicado um conjunto de três obras cuja presciência começa hoje a ser reconhecida designadamente no âmbito da sociologia e da psicossociologia da ciência (MOSCOVICI, 1968, 1972a, 1974). Acresce que esse renovado interesse se deve à saliência da “questão natural”, ou seja à questão ecológica que actualmente constitui um dos problemas prioritários na agenda global e sobre o qual SM consagrou a par de uma reflexão aprofundada, um activismo militante.

No centro da questão ecológica ou do ecologismo, como SM prefere, reencontramos a *hubris* da tecno-ciência pós-moderna, a justificar e a exigir que os cientistas sociais, enquanto representantes dum senso comum esclarecido (*enlightened*) na designação de Popper, contribuam para uma reflexividade, não narcísica como advertiu PB, mas efetivamente crítica – na tripla vertente que Kant nos legou.

No quadro que anteriormente referimos dum contexto global, em que a ciência ou antes a produção do conhecimento é cada vez menos “escolástica” no sentido de PB e em que profundamente penetra no tecido social multiplicando representações e inquietações como mostrou SM, as ciências sociais dispõem duma vocação naturalmente mediadora capaz de equilibrar esse instável triângulo que forma com a filosofia e as ciências naturais, e desse modo, a partir duma ciência unificada, mais bem posicionada esteja para intervir no argumento do nosso tempo.

Para tal as complementaridades que podemos rastrear na obra de PB e SM, não obstante as suas não menos heurísticas diferenças, continuam a constituir um importante contributo.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *The dialogic imagination: four essays*. Editado por M. Holquist. Tradução de C. Emerson e M. Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.
- BLOOR, D. *Knowledge and social imagery*. London: Routledge & Kegan Paul, 1976.
- BOURDIEU, P. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. *Sociologie et Société*, v. 7, n. 1, p. 91-118, 1975.
- BOURDIEU, P. Une science qui dérange – Entretien avec Pierre Thuiller, La Recherche. In: BOURDIEU, P. *Questions de Sociologie*. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1984.
- BOURDIEU, P. *La noblesse d'État*. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989a.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Deifel, 1989b.
- BOURDIEU, P. *Méditations pascaliennes*. Paris: Minuit, 1997
- BOURDIEU, P. *Science de la science et réflexivité*. Paris: Minuit, 2001.
- CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the big leviathan: how actors macrostructure quality and sociologists, help them to do so. In: KARIN, K. C.; AARON, C. (Ed.). *Advances in social theory and methodology: toward in integration of micro and macro sociologies*. Boston: Routledge & Keagan Paul, 1981. p. 277-303.

- CAMPOS, P. H. F.; LIMA, R. C. P. Capital simbólico y representaciones sociales: una aproximación para investigar el espacio escolar. *Investigaciones en Psicología*, Buenos Aires, v. 20, n. 1, p. 31-44, 2015.
- CAMPOS, P. H. F.; LIMA, R. C. P. Social positions and groups: new approximations between Pierre Bourdieu's sociology and social representation theory. *Culture & Psychology*, v. 23, p. 1-14, jul. 2016.
- DAMÁSIO, A. *Descartes'error: emotion reason and the human brain*. Londres: Picador, 1994.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille plateaux: capitalismo et schizophrénie*. Paris: Minuit, 1980. Tomo 2.
- DOISE, W. *L'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF, 1982.
- DOISE, W. Les représentations sociales: définition d'un concept. In: DOISE, W.; PALMONARI, A. (Dir.). *L'Étude des représentations sociales*. Paris: Neuchatel, Delachaux et Niestlé, 1986. p. 81-94.
- DOISE, W. Les représentations sociales. In: DUBOIS, N. (Dir.). *Psychologie sociale et cognition*. Paris: Dunod, 2005. p. 155-207.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The triple hélix – university-industry-government relations: a laboratory for knowledge – based economic development. *EASST Review*, v. 14, n. 1, p. 14-19, 1995.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from natural systems and "mode 2" to a triple helix of university-industry-government relations. *Research Policy*, n. 29, p. 109-123, 2000.
- GIDDENS, A. *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity, 1984.
- GOULD, S. J. *Punctuated equilibrium*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007.
- JESUINO, J. C. Ancrages. In: BUSCHINI, F.; KALAMPALIKIS, N. (Dir.). *Penser la vie, le social, la nature*. Mélanges en l'honneur de Serge Moscovici. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'homme, 2001. p. 277-291.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão da 1ª edição (1781) e 2ª edição (1787) de Kritik der Reinen Vernunft da edição crítica de Raymind Schmidt. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KAUFMANN, P. *Kurt Lewin*. Une théorie du champ dans les sciences de l'homme. Paris: J. Vrin, 1968.
- KNORR-CETINA, K. *The manufacture of knowledge*. In essay on the constructivist and contextual nature of science. Londres: Pergamon, 1981.
- KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- LAHIRE, B. *La culture des individus*. Dimensions culturelles et distinction de soi. Paris: La Découverte/Poche, 2004.
- LATOUR, B. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *Laboratory life: the reconstruction of scientific fields*. New Jersey: Princeton University Press, 1979.
- LEWIN, K. *Field theory in social science*. Edited by Dorwin Cartwright. London: Tavistock, 1952.
- LIMA, R. C. P.; CAMPOS, P. H. F. Campo e grupo: aproximação conceitual entre Pierre Bourdieu e a teoria moscovicianiana das representações sociais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 63-77, jan./mar. 2015.
- MARKOVA, I. Des themata de base des représentations sociales du sida. In: GARNIER, C. (Dir.). *Les formes de la pensée sociale*. Paris: PUF, 2000. p. 55-77.
- MARKOVA, I. *Dialogicality and social representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MARTUCELLI, D. *Sociologies de la modernité: l'itinéraire du XX siècle*. Paris: Gallimard, 1999.

- MAUSS, M. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1950.
- MEAD, G. H. *Mind, self & society from the standpoint of social behaviorist*. Edited and with introduction by Charles W. Morris. Chicago: The Chicago University Press, 1974. Trabalho original publicado em 1934.
- MERTON, R. *The sociology of science theoretical and empirical investigations*. Edited and introduction by Norman Wittoren. Chicago: The Chicago University Press, 1973.
- MOSCOVICI, S. *Essai sur l'histoire humaine de la nature*. Paris: Flammarion, 1968.
- MOSCOVICI, S. *La société contre nature*. Paris: Editions du Seuil, 1972a.
- MOSCOVICI, S. Society and theory in social psychology. In: ISRAELS, J.; TAJFEL, H. T. (Ed.). *The context of social psychology: a critical assessment*. London: Academic, 1972b.
- MOSCOVICI, S. *Hommes domestiques et hommes sauvages*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1974.
- MOSCOVICI, S. *La psychanalyse, son image et son public*. 2. ed. Paris: PUF, 1976a.
- MOSCOVICI, S. *Social influence and social change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976b.
- MOSCOVICI, S. *L'âge des foules*. Paris: Fayard, 1981.
- MOSCOVICI, S. Le domaine de la psychologie sociale. In: MOSCOVICI, S. (Ed). *La psychologie sociale*. Paris: PUF, 1984.
- MOSCOVICI, S. Toward a social psychology of science. *Journal for the Theory of Social Behavior*, v. 23, n. 2, p. 343-374, 1993a.
- MOSCOVICI, S. The return of the unconscious. *Social Research*, v. 60, n. 1, p. 39-94, 1993b.
- MOSCOVICI, S. Le regard psychosocial. Entretien avec Birgitta Orfali. *Hermès*, n. 41, p. 17-24, 2005.
- MOSCOVICI, S.; DOISE, W. *Discussões e consenso: uma teoria geral das decisões colectivas*. Tradução de Maria F. Jesuino. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
- MOSCOVICI, S.; DOISE, W. *Discussions et consensus: une théorie générale des décisions collectives*. Paris: PUF, 1992.
- MOSCOVICI, S.; MARKOVA, I. Ideas and their development: a dialogue between Serge Moscovi and Ivana Markova. In: MOSCOVICI, S. *Social representations: explorations in Social Psychology*. (G. Duveen, Ed.). London: Polity, 2000. p. 224-286.
- MOSCOVICI, S.; MARKOVA, I. *The making of modern social psychology: the hidden theory of how in international social science was created*. Cambridge: Polity, 2006.
- MOSCOVICI, S.; VIGNAUX, G. Le concept de thémata. In: GUIMELLI, C. (Ed.). *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchatel: Delachaux et Niestlé, 1994. p. 25-72.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. Tradução de J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- PIAGET, J. *Épistémologie des sciences de l'homme*. Paris: Galimard, 1970.
- PIAGET, J. *L'équilibration des structures cognitives: problème central du développement*. Paris: PUF, 1975.
- POLANYI, M. *The tacit dimension*. London: Routledge, 1966.
- REICHENBACH, H. *Experience and prediction: in the analysis of the foundations and the structure of knowledge*. Chicago: University of Chicago Press, 1938.
- RUMMELHART, D. E.; MACCLELLAND, D. *Parallel distributed processing: explorations in the microstructure of cognition*. Cambridge: MST, 1986.
- SÁ, C. P. Sur le relations entre représentations sociales, pratiques socio-culturelles et comportement. *Papers on Social Representations*, v. 3, n. 1, 1994.
- SHINN, T.; RAGOUET, P. *Controverses sur la science: pour une sociologie transversaliste de l'activité scientifique*. Paris: Raison d'Agir, 2005.

- SIMMEL, G. La détermination quantitative de groupe. In: SIMMEL, G. *Sociologie. Études sur les formes de la socialization*. Paris: PUF, 1999. p. 81-159. Trabalho original publicado em 1908.
- SLOTERDIJK, P. *Tu dois changer ta vie: de l'anthropotechnique*. Traduction allemande Plivier Mannuci. Paris: Pluriel, 2011.
- SOKAL, A.; BRICMONT, J. *Intellectual impostures*. London: Profile Books, 1998.
- TAJFEL, H. *Social identity and intergroup relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- THOM, R. Les mathématiques "modernes": une erreur pédagogique et philosophique. *Pourquoi la mathématique?* Paris: Union Générale de l'Édition, 1974. p. 57-88.
- WILEY, N. *O self semiótico*. Tradução de Luiz Paulo Romanet. São Paulo: Loyola, 1994.

Recebido em: 25 OUTUBRO 2016 | Aprovado para publicação em: 28 JUNHO 2017



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY-NC.